DOI 10.12957/dep.2014.13527

Florestan Fernandes na Constituinte: Leituras para a Reforma Política

Florestan Fernandes

São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. 315p.

por Ricardo Ramos Shiota [1]

Um livro vale pelo que sugere", aprendeu Florestan Fernandes, na década de 1940, com seu professor Paul-Arbousse-Bastide. Tomando esse critério como guia de leitura, podemos congratular a seleção e a republicação de textos efetuada por esse livro, graças à coedição do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu, e da Editora Expressão Popular. O livro oferece muitas sugestões para a interpretação do Brasil de ontem e de hoje e sugestões acerca dos meios e dos fins a serem perseguidos para a transformação construtiva de uma realidade *sui generis*.

O livro resulta de uma seleção de artigos e intervenções parlamentares de Fernandes já publicados em artigos de jornais e livros (*O processo constituinte e A Constituição inacabada...*). Em vista dos objetivos dos editores de socializar o "conhecimento produzido pela classe trabalhadora brasileira em seu processo de luta" e de "difundir documentos históricos que podem contribuir para debates atuais", é pertinente a seleção de textos e discursos proferidos por Florestan Fernandes. A seleção priorizou textos que versam sobre uma temática mais abrangente, nos quais Fernandes discute "o sistema político, as características do processo constituinte, e as opções e projetos de nação defendidos pelo deputado e pelo Partido dos Trabalhadores naquele momento".

Tais critérios contribuem para salientar a atualidade das reflexões do autor para o conhecimento do país no momento em que se discute a reforma política. A única ressalva é que os projetos de nação defendidos por Florestan Fernandes e as opções advogadas, que resultam da análise da correlação de forças e do jogo concreto de forças, fazem parte de sua interpretação do Brasil e este legado não pertence ao PT, mas aos seus destinatários, os "de baixo", os maiores interessados em uma revolução democrática e socialista.

[1] Doutorando IFCH/Unicamp.

DOI 10.12957/dep.2014.13527

O livro compõe-se de textos claros e acessíveis, redigidos sob a forma de artigos do jornalismo político, em contraste com a linguagem abstrata, sofisticada, técnica e fechada, da qual Florestan Fernandes se valia para dirigir-se aos seus pares na condição de catedrático.

Em 1962, ao fazer um balanço de sua participação na "Campanha de Defesa da Escola Pública", Fernandes[2] expõe uma concepção acerca da natureza do conhecimento sociológico e de sua divulgação para o grande público mantida nas intervenções jornalísticas por meio de artigos publicados na grande imprensa antes, durante e depois do processo Constituinte até sua morte em 1995.

Naquela conjuntura de crise política que precedeu o Golpe civil-militar de 1964, Fernandes sustenta que a comunicação com o grande público, sobretudo com as lideranças dos grupos subalternos, e a participação do intelectual nos movimentos sociais enriquecem o conhecimento da situação histórico-social. Defende uma relação de reciprocidade e não de vanguarda entre os intelectuais e o grande público. Relação esta presente na técnica expositiva, na linguagem empregada pelo "intelectual-participante", que deve adaptar-se a cada público, embora mantendo rigor, precisão e objetividade.

Em razão de viver em um país periférico, de dispor de sensibilidade e percepção das coisas, de ter exercido um ativismo no meio negro, de ter participado da Campanha de Defesa da Escola Pública, logo em 1962, fica claro para Florestan Fernandes que a participação nas grandes questões do tempo, em acontecimentos relevantes da sociedade refina a capacidade de observação do sociólogo, é uma posição heurística de conhecimento do real.

Assim, a práxis – isto é, a posição de narrador, de "observador-participante" e a relação de reciprocidade com o grande público, – confere organicidade à crítica social e direcionamento do movimento social. No final dos anos 1950, Fernandes abraçou a participação como posição de princípio assumida pelo escritor ante os problemas da sociedade[3].

---

[2] Cf. FERNANDES, Florestan. Comunicação entre os sociólogos e o grande público. In:_____. *A sociologia numa era de revolução social*. Cia Editora nacional, 1963.

[3]Cf. LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? Contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo. In:_____. *Ensaios de literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1968.

DOI 10.12957/dep.2014.13527

Com maestria Florestan Fernandes alertava sobre a responsabilidade do intelectual com o destino dado ao resultado de seu trabalho, soube desde cedo como distinguir o essencial das coisas, o caráter histórico conflitivo, a luta de forças sociais opostas, das visões de mundo e dos interesses divergentes, as formas de dominação, a imposição das condições históricas e sociais aos destinos pessoais.

Nos textos de jornalismo político da segunda metade dos anos 1980, como tribuno socialista e parlamentar constituinte pelo Partido dos Trabalhadores, Fernandes mantém essa orientação que salienta a práxis do intelectual nos países periféricos e direciona sua escrita para o grande público. Realiza aquilo que admirava em Mário de Andrade[4]: a incorporação do folclórico ao plano erudito, o aproveitamento e a interpenetração do erudito com o popular. Ademais, há uma retórica nos textos e discursos de Florestan Fernandes que, caso seja desconsiderada, pode levar à identificação de voluntarismo político ou superestimação das possibilidades da ação política criadora. Nada mais alheio a Florestan Fernandes que a desconsideração das condições concretas e objetivas da ação. Prova disso é o livro reeditado, que faz análise concreta de uma situação concreta na melhor tradição do marxismo, destacando que, sem mediação, "os paradigmas europeus não valem nada para nós".

No livro resenhado, o vocabulário que, muitas vezes, exige a consulta ao dicionário convive com a assimilação de formas populares, ditos, provérbios e frases burlescas. Em certa passagem do livro, por exemplo, para se referir ao fisiologismo das classes dominantes e de seus representantes políticos no Brasil raia um "Matheus, primeiro os teus"! A incorporação dessas fórmulas populares singulariza o autor, torna mais concreta suas explanações para o grande público e imprime um efeito humorístico à crítica.

É importante salientar que entre os textos e nas entrelinhas do livro há um fio condutor poderoso, uma vigorosa interpretação do Brasil criada, desenvolvida e cultivada pelo autor desde os anos 1940. Apesar de, no início da década de 1950, ter recriminado Guerreiro Ramos pela defesa de uma teoria geral do Brasil, Florestan Fernandes acabou expondo uma teorização geral do Brasil, uma síntese sobre o país das origens até os anos 1970 em seu livro *A revolução burguesa no Brasil*. O livro resenhado atualiza a reflexão do

[4] Cf. FERNANDES, Florestan. Mario de Andrade e o folclore brasileiro. In. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DOI 10.12957/dep.2014.13527

autor sobre o desfecho da ditadura e a criação da Constituição de 1988, processos igualmente conflituosos que tiveram sua participação ativa através da publicação de artigos e da participação parlamentar pelo PT.

Celso Frederico sugere que "Florestan Fernandes encampa, a seu modo, a tese da "via prussiana" para explicar as vicissitudes da revolução burguesa no Brasil[5]". Este conceito indica a solução pelo alto encontrada pelas forças conservadoras durante a revolução burguesa alemã, ocasião na qual a Prússia unificou a Alemanha e capitalizou a agricultura mantendo a estrutura fundiária, fez "uma revolução sem revolução social", que teve consequências negativas para o conjunto da sociedade. No entanto existe um abismo entre o devir histórico da Alemanha e o do Brasil.

Como mostra Ianni[6], a forma prussiana e passiva do processo de revolução burguesa supõe a fragilidade da sociedade civil e condiz com a tese de que o povo brasileiro e as formas de atuação política são incapazes de fazer face ao Estado autoritário. No contexto nacional, corrobora a tese segundo a qual o povo brasileiro e as formas de atuação política são incapazes de fazer face ao Estado autoritário. Ressuscita uma ideia velha que perpassa diferentes ideologias do pensamento político-social brasileiro, como a ideia da "sociedade amorfa", pela qual Oliveira Vianna critica as incapacidades e ausências do povo, que devia ser tutelado pelas elites, e solicita um Estado forte para conduzir a sociedade.

Desde muito cedo, entretanto, Florestan Fernandes voltou-se para o entendimento da estrutura social brasileira e do processo de revolução burguesa, problemas subjacentes aos seus estudos sobre: o folclore, a questão racial, a questão nacional, a questão democrática, a questão educacional etc. Nessas pesquisas, o pressuposto básico é que "o novo nasce do velho" e não há como explicar o desenvolvimento capitalista brasileiro sem conhecer a estrutura da sociedade que o hospeda e a trama de relações internacionais e formas de dominação social, racial, regional e estrangeira na sociedade nacional.

A ausência do povo na história brasileira é uma ideia velha, perpassa diferentes ideologias do pensamento brasileiro. Porém, não se sustenta essa aproximação entre interpretação do Brasil de Fernandes e "via prussiana". Inúmeros argumentos podem ser

[5] Cf. FREDERICO, Celso. Florestan Fernandes jornalista. In: NASCIMENTO, Milton Meira do. *Jornal de resenhas*. Volume II. São Paulo: Discurso editorial, 2001. p.1238.
[6] Cf. IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

DOI 10.12957/dep.2014.13527

elencados, como a própria leitura do livro recém-lançado. Atendo-se ao essencial existem quatro argumentos que problematizam esta aproximação.

Primeiro, a interpretação de Florestan Fernandes sobre o Brasil enaltece os conflitos de forças, a historicidade dos processos sociais, as contradições e polarizações sociais, incorpora na análise da percepção e consciência dos agentes, leva em conta as correntes psicológicas e políticas mais profundas do comportamento coletivo, porta a ideia de totalidade, de processualidade e, sobretudo, a ideia de mediação, que lhe permite apropriar-se de contribuições diversas a fim de desvendar o país.

Segundo, o livro sobre os tupinambás e *A integração do negro na sociedade de classes* narram a história brasileira como memória ética, do ponto de vista daqueles que ofereceram suas terras e seu trabalho para o processo de acumulação mercantil e capitalista forâneo e para a construção da sociedade nacional. Embora registre o caráter conservador das mudanças sociais, direcionadas pelo alto, o autor assinala a presença dos agentes subalternos em nossa história, bem como aponta rupturas e permanências ao longo de nossa evolução histórica.

Terceiro, na "via prussiana" houve ruptura com o "livre-câmbio" defendido pelos ingleses, por conseguinte, enfrentamento da questão nacional. No caso brasileiro, Fernandes mostra que nossas matrizes históricas são coloniais. A Independência serviu para o aprimoramento de estruturas escravistas de produção e subordinação no mercado mundial. A abolição do pacto colonial não significou luta contra o colonialismo e a modernização sempre veio de fora com apoio da Inglaterra, da Alemanha dos EUA e de empreendedores forâneos. Sucederam-se formas de dominação estrangeira, do colonialismo direto e indireto, à dominação pela dependência econômica, tecnológica, política e cultural mantida pelo imperialismo e pelo imperialismo total.

Quarto, como diz Fernandes no livro resenhado: não há porque recriminar o povo! "Excluído, este mantém aparente condição passiva de comparsa surdo, mudo e impassível. Falou-se que foi assim que o povo "assistiu" a todos os grandes acontecimentos de nossa história, que não era história dele. Mas nem isso é verdadeiro. Ele nunca foi agente ativo, porque sempre esteve privado da condição de agente histórico[7]".

[7] p.25

DOI 10.12957/dep.2014.13527

Além disso, a alcunha do ecletismo ignora a autenticidade da interpretação de do Brasil de Fernandes, pois não reconhece a presença de uma problemática substantiva – a criação de um conhecimento com base empírica, teórica e aplicável à transformação do real, à emancipação das formas de dominação vigentes, que orienta a incorporação e síntese de pensadores diversos para explicar o Brasil.

Neste sentido, Florestan Fernandes produziu uma obra de atacado por via de substituição de importação de ideias, sem transigir com manifestações de etnocentrismo e de eurocentrismo comuns no pensamento brasileiro, como mostraram Mariza Peirano e Nildo Ouriques. No pensamento sociológico e político de Fernandes a emancipação das formas de dominação vigentes no Brasil é uma tônica constante, emerge da análise do jogo de forças existente na sociedade nacional em cada período histórico, conforme uma compreensão e uma periodização peculiar da história do país.

Orientação para a emancipação e comportamento crítico, portanto, são características presentes nos livros de interpretação do Brasil e da América Latina e na militância de Florestan Fernandes que permitem situá-lo na tradição da teoria crítica, inaugurada por Karl Marx.